A HISTÓRIA ENSINADA EM GOIÁS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Miriam Bianca Amaral Ribeiro

Resumo: Este texto trata da obra Súmula de História de Goiás, de Americano do Brasil, que assumiu fins didáticos para a escola normal, a partir de 1932, tendo sido originalmente escrito como resumo da história de Goiás para representar o estado no Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro. Discutimos esse trabalho, que pode ser considerado o primeiro livro didático de história regional, a partir dos seguintes elementos: o contexto da produção da obra - os cem anos da Independência e as relações nação e região; o contexto da publicação da obra - os anos 1930 e a educação, a inserção da história de Goiás como disciplina na formação de professores; o autor – as referências e as influências, inserção e contradições no cenário regional; a obra – a idéia de história e de historiador, as fontes, a estrutura e desenvolvimento da obra e as relações entre história e ensino.
Palavras chave: história, ensino de história, região, nação

Introdução

Quais têm sido as memórias históricas construídas sobre Goiás e como isso tem repercutido nas salas de aula? Qual tem sido a história ensinada em Goiás? Quando, como, por quem e por que ela tem sido ensinada? Existe uma história oficial de Goiás, contada nas escolas?

Essas são algumas das questões que nos propusemos discutir ao longo do trabalho de doutorado em andamento, que poderá incluir elementos desse texto. O trabalho, como um todo, deverá abranger um período anterior ao aqui tratado e prosseguir além deste mesmo período, iniciando-se a demarcação temporal na criação do Lyceu de Goiás, em 1846 e alcançando o período imediatamente posterior à transferência da Capital, em 1937.

Esse texto trata de um recorte deste período, analisando a primeira obra didática de história de Goiás, escrita em 1920, por Americano do Brasil, no contexto da preparação das comemorações do centenário da Independência, promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essa obra não chegou a ser publicada para esse fim, pois o Grande Dicionário Enciclopédico do Brasil, obra comemorativa dos cem anos da Independência para o qual o texto foi originalmente escrito, não chegou a ser editado. Apenas foi publicado o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, com verbetes sintéticos que onde se incluiu um pequeno texto sobre

Goiás[1]. Em 1931, o novo Regulamento da Escola Normal, criou as cadeiras de História de Goiás e Geografia de Goiás. A obra que aqui analisaremos – a Súmula da História de Goiás - foi então adotada como livro didático para a formação de professores, a partir de 1932, quando é finalmente publicada.

Discutimos esse trabalho, a partir dos seguintes elementos: o contexto da produção da obra - os cem anos da Independência e as relações nação e região; o contexto da publicação da obra - os anos 1930 e a educação, a inserção da história de Goiás como disciplina na formação de professores; o autor – as referências e as influências, inserção e contradições no cenário regional; a obra – a idéia de história e de historiador, as fontes, a estrutura e desenvolvimento da obra e as relações entre história e ensino.

Esse texto está sob uma primeira versão parcial e incompleta, pois ainda é objeto da investigação em andamento. [2]

1- A da produção da Súmula de História de Goiás

1.1 - O IHGB, a história e o ensino de história no Brasil

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, tem, desde sua fundação, estreitas ligações com o ensino de história no Brasil.

O marco oficial da constituição da história como disciplina escolar no Brasil é a criação, no Rio de Janeiro, do Colégio Pedro II, em 1837, sendo que, no ano seguinte, regulamenta-se a disciplina História nesta que foi a primeira escola pública secundária instalada no país. Não coincidentemente, mas, articuladamente, cria-se neste mesmo período, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, entre outras tarefas, orientará a história ensinada no Colégio Pedro II. O colégio formaria os filhos da nobreza da corte que assumiriam a burocracia imperial, estudando história através dos programas, métodos e materiais produzidos ou autorizados pelos membros do IHGB, que não raramente, foram também seus professores. O Instituto cumpria sua missão de formular e instalar uma história nacional, considerada uma necessidade para afirmação do projeto da recém instalada Nação. Como nos diz SANDES :

---

[1] Ainda não tivermos acesso a esse material, que será também objeto de nossa análise.

[2] Este texto carece de visita a algumas fontes primárias, aqui citadas a partir de fontes secundárias e mesmo de aprofundamento das análises das fontes primárias já localizadas. Por se tratar de um tema ainda não pesquisado em Goiás, a história do ensino de história em Goiás nos está exigindo um significativo trabalho de localização destas fontes.

> O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) será o artífice principal desta história pragmática, articulando o conhecimento disperso regionalmente e implementando uma síntese histórica capaz de explicar e fundar o Brasil: índios, negros, brancos, história e geografia, guerras acontecimentos, biografias, documentos, principalmente documentos. (SANDES, 2000:10)

A história produzida para fundar a nação, foi oficializada como sendo a que Von Martius formulou e Varhagen escreveu, sob o encontro das três raças, considerada então a base da nacionalidade.

O ensino desta história formulada pelo IHGB desempenharia, assim, papel fundamental para a emergente idéia de identidade nacional, no período pós - independência. Como nos diz Flávia Caimi (2001:28):

> A história não constituía apenas uma disciplina escolar, e sua inserção era considerada indispensável em todas as camadas sociais e faixas etárias, uma vez que tinha o papel de formar juízos de valor e o patriotismo, necessários a constituição da identidade nacional.

O ensino de história no Brasil, desde sua instituição como disciplina escolar, foi construído, então, sob o signo da idéia de nação como projeto a ser enraizado em cabeças e braços de brasileiros de todas as faixas etárias e níveis de escolaridade, inclusive mesmo por brasileiros que nenhuma escolaridade possuem. A cada conjuntura histórica essa base se reedita, atendendo às necessidades postas pelos projetos hegemônicos.

Neste sentido é que se produz o livro que se tornou referencial para o ensino de história dentro e fora do IHGB, no primeiro período de sua existência: *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*, 1861, de Joaquim Manoel de Macedo, professor do colégio e membro do IHGB. Mantendo o perfil da formação moral e cívica, o livro introduz a preocupação com métodos de ensino, constituindo, mais claramente, a disciplina escolar.

No final do século XIX, ao desenrolar da instalação da República, as questões nacionais assumem a centralidade dos discursos, inclusive, na abordagem dada a educação. José Veríssimo,(1857-1916), pedagogo, assume, neste momento, vigorosa defesa de um projeto de educação todo o país, com a função de difundir o sentimento nacional e o patriotismo. Veríssimo defendia que devia-se superar o sentimento provincial e construir o sentimento nacional. O papel do ensino de história seria decisivo para que se cumprisse essa tarefa.(CAIMI, 2001:31).

O advento da República, então, mesmo que não modificando o perfil e o papel da disciplina de maneira significativa, abrirá caminhos para a sofisticação do papel formador do ensino de história na constituição da idéia de nação, demonstrada pelas preocupações metodológicas de Rocha Pombo, nos anos 20 do século passado (ROCHA POMBO apud LIMA E FONSECA,2004 : 51) :

> ...ir começando por aliviar da massa dos fatos o contexto histórico, reduzindo a narração aos sucessos mais significativos, de modo a esclarecer a consciência, infundir o sentimento, poupando o mais possível a memória. E, depois, aqueles que desejarem entra mais fundo nas causas e mais amplamente nos assuntos – que recorram a mais largas fontes. O primeiro trabalho, e o mais interessante, é este – o de mostrar como a nossa história é bela, e como a pátria, feita, defendida e honrada pelos nossos maiores, é digna de nosso culto.

Desta forma, amadurece-se a postura metodológica para tornar mais eficiente o cumprimento da tarefa de formação da identidade nacional, que se sentia obstada pelo excesso de dados. A indicação de modelos de caráter a serem seguidos ocupa o lugar das descrições intermináveis.

1.2 – O IHGB no contexto do centenário da Independência

As comemorações dos cem anos da Independência do Brasil constituem-se um momento privilegiado e estratégico para a ‘re-fundação’ da nação, diante das crises políticas observadas República Velha.

Tal ‘re-fundação’ se daria com a formação de um campo comum entre monarquia e república, resgatando-se aquela para dar suporte a essa, que se apropriaria do marco fundador sob o viés evolucionista, que dirige o movimento republicano (SANDES, 2000). A frustração do projeto de progresso nacional, explicitada pelos movimentos de vários matizes, experimentados durante o período, deveria ser pelo menos abrandada, senão desconstruída, pela reafirmação da monarquia como origem da Nação, tendo com referência seu marco fundador. O eixo da comemoração e da elaboração historiográfica é a recuperação e reabilitação da proclamação da Independência e os 100 anos do Imperador, a ser comemorado em 1925, evitando-se as demarcações entre Império e República.

O IHGB, criado sob a guarida do Imperador para garantir a formação da elite defensora da monarquia, estava agora ainda mais próximo do poder, com o aumento de membros honorários e mais membros ocupando funções de estado. A tarefa de construir a comemoração já

tem o suporte da documentação acumulada ao longo do período anterior. As necessidades de políticas de comemorar estão agravadas pelas contradições explicitadas pelos movimentos que questionam, de canto a canto do país, a experiência da Republica . Comemora-se a fundação para re-fundar a Nação, como nos diz SANDES:

> No fundo, o que está em jogo são as imagens mobilizadoras do sentimento de nacionalidade que reaparece constantemente como emblemas a desafiar nossa descrença nas instituições: nos enfretamentos das constantes crises econômicas e políticas, esses emblemas são lançados rememorando o fato de que formamos uma nacionalidade – e por ela somos responsáveis.(SANDES, 2000: 20)

Isso chegaria a criar as bases políticas para o grande projeto nacionalista hegemônico a partir de 1930. Vale registrar que esse viés evolucionista é exatamente a base de sustentação do pensamento do autor da obra em questão, a Súmula de História de Goiás, como veremos brevemente.

Novamente, agora no contexto das comemorações do centenário, entra em campo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sistematizador e criador da memória nacional, guardião dos arquivos, educador por excelência, para criar e executar o projeto de re-fundação pela comemoração.

São então elaborados os elementos comemorativos que materializariam essa re- fundação. A isso dedicou mais que ciclos de palestras no âmbito do IHBG, pois tal re-fundação tem um papel muito mais amplo que o atendimento dos interesses intelectuais dos que os freqüentam. Deveria ocupar a cidade, as praças, as escolas. São monumentos, exposições, obras de arte, eventos e uma significativa historiografia. Entre esses componentes da comemoração deveria estar a edição do Grande Dicionário Enciclopédico do Brasil, que incluiria textos de cada um dos estados que formam a Nação. Aí é que se situa a contribuição de Americano do Brasil, que elaborou o texto referente à Goiás, mais tarde editado como livro didático para a escola normal.

1.3 – Nação e região no contexto da comemoração do centenário

Consideraremos as relações entre nação e região como componente da construção desta idéia de nação projetada e enraizada pela intervenção do IHGB, desde sua fundação e reeditada pelos eventos do centenário. Isso porque nos interessa compreender como o texto sobre Goiás produzido sob encomenda para esse fim participa ou não deste projeto, mesmo porque a nação imperial prescinde da idéia de região pois se estrutura sobre a centralização e hierarquização total

Ao Império e à nação pensados pelo IHBG, desde sua fundação, não interessam as regiões como pedaços de um quebra - cabeças. Importava ‘*evitar a composição de histórias regionais desagregadoras da noção de conjunto que se pretendia formar’*.(SANDES, 2000: 27).

Interessa sim a idéia do todo, do nacional, onde as partes só fazem sentido porque estão sob o projeto de nação:

> A elaboração da história nacional segue, portanto, um movimento complexo de apropriação de memórias localizadas, cuja ordenação origina um sentido temporal explicativo as constituição na nação, personificação do todo, coleção de indivíduos. (SANDES, 2000:10)

Não cabe, neste contexto, reescrever ou escrever a história da colônia, palco de separatismos, isolamentos e distinções quase continentais. Isso em nada contribuiria para se consolidar a idéia de nação. Afinal, o marco fundador é exatamente a Independência e o povo-nação é o eixo da identidade. Isso deveria cumprir o papel de articular os poderes regionais, romper o não controle, contornar as grandes distâncias e a não integração. Interessava a região como componente da nação, não como identidade local, própria, à mercê do separatismo. Outra vez, as bases para o projeto nacionalista conservador, hegemônico a partir de 1930, estão em andamento.

Ocorre que entre o Império e a comemoração do centenário (e depois dela, até 1930), viveu-se a República Velha, período repleto de supostas ameaças ao projeto de nação, tão acalentado pela intervenção sistemática e intencional do IHBG e mesmo constitutivo de sua instalação:

> Se é possível afirmar que o império prescindiu do espírito de região no século XIX, o mesmo não se pode afirmar sobre o período republicano. Com Campos Salles criou-se um novo pacto fundado no acordo entre o poder local e o'nacional', istp é, mais uma vez garantiu-se a unidade por meio de um jogo político que garantiu a supremacia dos estados mais desenvolvidos.(SANDES, 2000: 93)

O fundamental era ser brasileiro. As regiões não podem ultrapassar os limites da nação. As diferenças regionais enriquecem a nação, mas não a contradizem e sim a reforçam. Situa-se aí a importância da elaboração do Grande Dicionário Enciclopédico Brasileiro. Ele seria um instrumento capaz de registrar as diferenças regionais como exemplos e componentes da grandiosidade da nação e não como espaços próprios, com histórias locais. Antes de sermos Goiás, somos parte do Brasil, constituídos como tal a partir do marco fundador agora comemorado, reescrito, reafirmado. Afinal, tínhamos um Imperador. Era então fundamental resgatar essa centralização como eixo da re-fundação da nação para dar novo sentido à República, ou retomar o antigo sentido.

A idéia de região, ao longo das comemorações somente foi aceita se compusesse a idéia de nação e seu marco fundador. Assim é que acontecimentos como a Revolução Pernambucana de 1817, seus líderes e seus efeitos sobre a constituição da nação são absolutamente descartados.

Nada que ameace a unidade nacional pode ser sequer lembrado, citado, muito menos comemorado. Já o estado bandeirante se afirma como *locus* da fundação. (SANDES, 2000).

Os estados e as régios são sujeitos da história, mas no contexto da nação re-fundada na comemoração. O Brasil republicano tentava inverter a tradição do século XIX, assentada sobre a idéia de que a nação se resumia ao litoral que estava de costas para o interior. Porém, pensar as partes não poderia implicar em perder o controle do todo sobre as partes. (SANDES, 2000). Os textos para compor esse grande documento sobre a nação foram então, encomendados. [3] A indicação de Americano do Brasil para essa tarefa se deu em função de seus vínculos intelectuais e políticos no Rio e Janeiro, combinados com esses mesmos vínculos em terra goiana. Vinculado à oligarquia dominante de então, os Caiado, Americano do Brasil acumulava conhecimento sobre o estado, inserção política tanto em Goiás como no Rio de Janeiro e ainda o perfil do intelectual, como se verá mais adiante.

1.4 – O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás não existia, de fato, quando das comemorações do centenário da Independência, apesar de terem ocorrido, até então, duas tentativa de colocá-lo em funcionamento. Sua fundação inicial se deu em 1862, na sala do Palácio do governo, com 23 membros fundadores e associado aos estudos das indústrias, ao trabalho produtivo, chamado de 'conhecimentos úteis', bastante próximo ao que havia ocorrido na fundação do IHGB. Mas, não funcionou além da fundação.

A segunda tentativa se deu já no contexto das comemorações do centenário, em 1918, sob governo de João Alves de Castro, que viria a ser sogro de Americano do Brasil e quando este era Secretário de Interior e Justiça. Na sua segunda tentativa de funcionamento, o IHGG não seria uma órgão oficial, apesar do Presidente do Estado ser seu presidente honorário. Durante esse período é que Americano do Brasil realiza seu levantamento documental para elaboração do resumo da história de Goiás, que seria a Súmula aqui em estudo. Mas, o IHGG novamente não alcança funcionamento efetivo.

Isso somente ocorreria em 1932, estando, portando o poder regional sob novas mãos e o projeto de modernização e desenvolvimento do estado em pleno andamento, quando também se pretende o resgate e reescrita da história do estado. (TAVARES, 2000)

[3] Ainda não tivemos acesso a fontes seguras que nos explicitassem as causas da não publicação da obra que o texto de Americano do Brasil elaborou. Não sabemos ainda se isso se deu por razões operacionais ou porque a intenção não regionalizante não teria sido cumprida como se havia projetado. O texto de Americano, por exemplo, tece críticas à ação bandeirante paulista, como uma sangria das riquezas de Goiás, como veremos adiante.

2- A publicação da obra

2.1 – O ensino de história no Brasil no contexto dos anos 1930

Entre a elaboração da participação de Goiás no Grande Dicionário Enciclopédico Brasileiro, sob encomenda, em 1920 e a publicação da Súmula da História de Goiás, em 1931, passaram-se anos marcados pelas disputas oligárquicas regionais, pelo agravamento das contradições políticas e econômicas que marcaram a Republica Velha e que culminaram com a reordenação do pacto nacional, com a instalação da chamada Revolução de 1930.

Em Goiás, novas oligarquias ascendem ao poder, pelas mãos de Getúlio Vargas, representadas pelo grupo interventor e sua maior expressão, Pedro Ludovico.

As exigências colocadas pela expansão capitalista atribuem ao centro-oeste tarefas que constituem o que costumamos chamar de modernização conservadora. O novo estado deveria adotar medidas e inovações que possibilitassem a execução do projeto nacional desenvolvimentista (NEPOMUCENO,1994). Vamos centrar nosso foco nas relações entre o projeto modernizador e a educação, posto que a obra em questão assumiu tarefas didáticas neste contexto.

No Brasil como um todo, a partir de então, atribuiu-se tarefas centrais para a educação, visíveis através da imediata criação do Ministério de Educação e Obras Públicas e da implantação da Reforma Francisco Campos, no ano seguinte. Essa reforma, para o ensino de história, implementa mudanças que tinham como objetivo adequá-lo às exigências do projeto nacional-desenvolvimentista, a exemplo da substituição da História Universal pela História das Civilizações, rompendo ainda mais os vínculos católicos e aproximando-se a uma visão positivista. Além disso, é extinta a disciplina Moral e Civismo, que se considerou não cumprir seu papel formador de atitudes como se pretendeu.

Ocorre que o projeto nacionalista aprofundou-se de tal maneira neste contexto, que do ensino de história foi exigido uma radicalização, nesta direção. Centraliza-se, então, os programas e materiais didáticos, que passa a ser competência exclusiva do Ministério, que assumia abertamente o ensino de história como educação política. O ensino da História do Brasil vai, então, ocupando maiores espaços, até se constituir, em 1940, através do Ministério

Capanema, como disciplina autônoma com o objetivo de garantir a formação patriótica, como afirma Jonathas Serrano[4], um dos colaboradores desta resolução:

> Na terceira e Quarta série do curso ginasial o estudo da História do Brasil visa precipuamente à formação da consciência patriótica, através dos episódios mais importantes e dos exemplos mais significativos dos principais vultos do passado nacional. Assim como nas aulas de História Geral, serão postas em relevo as qualidades dignas de admiração, a dedicação aos grandes ideais e a noção de responsabilidade. (SERRANO, apud CAIMI, 2004,54)

Ou seja, no projeto nacionalista de Vargas não cabe meio termo sobre o papel da história e seu ensino. Assume-se a necessidade de formar brasileiros que não só reconhecem o passado glorioso, mas que estão dispostos a cumprir seu papel na construção deste projeto de nação que tanto orgulho nos faz sentir. Essa parece ser uma diferença substancial para se compreender como a idéia de nação supera o limite da contemplação oferecida aos brasileiros e deles exige uma contribuição ativa, tanto como mão-de-obra quanto como defensores convictos, sem os quais não se daria suporte ao populismo desenvolvimentista. O papel da formação proporcionada pelo ensino de história assumiu, pela primeira vez, a tarefa de construir o cidadão, ciente de seus deveres e de sua contribuição como sujeito da nação. O moralismo não mais atende às necessidades da formação do novo sujeito social, que não só contempla, mas também dá sua parcela de contribuição, ainda que jamais igualável ao mito. Sabemos da importância atribuída pelo governo Vargas a outros instrumentos de propaganda. O que é inegável é que tais instrumentos não se instalaram e alcançaram a reconhecida eficiência, sem a confluência dos elementos fornecidos pela abordagem oficial da história e seu ensino.

Durante a I Conferência Nacional de Educação, em 1927, em Curitiba, intensificou-se a preocupação de criar identidade entre os diferentes componentes da gente brasileira, independentemente das diferenças e desigualdade de toda ordem. Mas, isso se faria, evidentemente, acatando-se a autoridade e a ordem, capaz de consolidar a idéia de nação, então considerada tarefa do ensino obrigatório do civismo nas escolas.

O projeto era o de unificar, pelo espírito pátrio, a nação. A influência positivista se faz sentir ao se associar a compreensão da natureza e da sociedade, onde alguns estariam destinados a educação para condução da nação, já que eram mais aptos, naturalmente. É o que observa nos

[4] Jonathas Serrano conviveu com Americano do Brasil, no Rio de Janeiro, durante as atividades de docência. Isso resultaria numa influência deste educador sobre o pensamento e a obra do autor da Súmula de História de Goiás, como veremos adiante.

textos da Conferência de 1927, a exemplo da tese nela apresentada por Raul Bittencourt, nos anais só recentemente compilados por Maria José Costa (1997):

> A educação nada cria, nada inventa; desenvolve uma função congênita do homem, a 'adaptabilidade' e respeita a lei mais genérica da biologia, a tendência dos organismos à conservação e desenvolvimento do vida. [5]

A essa altura de nossas avaliações, consideramos haver uma estreita ligação entre o projeto político atribuído ao ensino da história do Brasil e a inserção da história de Goiás como disciplina na formação de professores, como se deu em Goiás, em 1931.

2.2 - A educação em Goiás nos anos 1930

A República Velha havia se caracterizado pela inexistência de um projeto nacional de educação, desnecessário aos olhos do projeto agrário exportador, do pacto oligárquico hegemônico e da descentralização política dele conseqüente. Talvez seja melhor dizer que havia o projeto de inexistir projeto nacional de educação. Segundo NAGLE, a educação, neste período foi marcada pela

> '...inexistência de dispositivos constitucionais configurando um projeto... para educação nacional...; a falta de um plano de educação nacional, a permanência de um sistema escolar sem disciplinamento interno para integrar graus e ramos.'(NAGLE, 1985:290 apud: NEPOMUCENO, 1994: 40)

Mas isso não significou a inexistência de projetos em disputa. Os anos 1920, especialmente, foram palco de debates que expunham os conflitos entre uma educação tradicional e conservadora que estaria emperrando o progresso da nação e a intenção de uma educação modernizadora, como pensada pelos escolanovistas, defensores do ideal de 'instrução para todos', traduzido no projeto de erradicação do analfabetismo, como exigência fundamental para o progresso e a reconstrução nacionais.

Em Goiás, a reordernação do pacto oligárquico assumiu ares de modernidade, que incluiu a renovação do projeto educacional. Pedro Ludovico, no Relatório 33 afirma que a educação constituía a preocupação principal dos... *'países vanguardeiros da civilização moderna'* pois '*a educação terá, daqui para o futuro, poder infinitamente maior sobre o progresso da humanidade'* (RELATÓRIO 33- 1930/1932 apud NEPOMUCENO, 1994: 32,50).A importação da modernidade também atingiria as pretensões com a educação posto que o movimento escolanovista não obteve repercussão significativa em Goiás, nem ao longo de sua elaboração

[5] Os referidos anais trazem 120 teses do evento, sendo que mais de uma dúzia trazem temas relativos ao ensino de história, moral e civismo. Os anais compilados por Maria José Costa foram publicados peo Inep em 1997.

nem implementação. A primeira vez que o referencial da Escola Nova foi citado em documentos da história da educação em Goiás foi na Reforma Educacional de 1916, que não entrou em vigor sob a alegação da falta de recursos. Como afirma NEPOMUCENO (1994), ele apenas 'apareceu' nas políticas educacionais pensadas a partir de 1930.

Assim, as oligarquias que assumem o poder a partir de 1930 em Goiás se colocam, formalmente, a tarefa de modernizar a educação, desde que sob controle do estado interventor. Assim é que uma das primeiras medidas adotadas em relação à educação é exatamente a criação do Conselho de Educação, em 1931, centralizador das ações educativas a partir de então.

O Conselho teria ações consultivas e administrativas, mas em vários campos de a intervenção seria também deliberativo. Constituído inicialmente por uma maioria de membros ligados à educação, após 1939 esse Conselho foi composto por um maior número de administradores e técnicos, o que aumentou o perfil de controle. Mesmo assim, nos tempos iniciais, a partir de sua criação, o Conselho autorizava, por exemplo, a utilização de materiais escolares. Isso não era novidade, pois desde o Império isso era assim centralizado pelo Estado. Ocorre que agora se tratava da intenção proclamada de expansão da educação, da formação de professores para atacar o analfabetismo. Foi esse Conselho que aprovou a adoção da Súmula de História de Goiás como livro didático para uso na escola normal, a partir de 1932.

2.3 – A escola normal em Goiás

Ao longo do Império de da República Velha, por várias vezes, criou-se, instalou-se e desinstalou-se a Escola Normal em Goiás. O vai-e-vem de sua existência raramente ultrapassou, neste período, os limites da intenção da legislação que a criava, sendo raramente efetivada e colocada em funcionamento. Isso porque, ao longo de todo esse período não havia razões cabíveis dentro do projeto hegemônico para a priorização da formação de professores, mesmo porque não havia escolas suficientes para sua atuação. Não havia escola porque não se fazia necessário, não era prioritário, como já se disse, diante deste mesmo projeto. Ao final da República Velha inicia-se um explícito incentivo à iniciativa privada para a criação e manutenção de escolas normais, que será ampliada após 1930. Mas, até lá, um longo percurso se cumpriu. Quando chegou a funcionar, isso se deu por pequenos períodos, marcados por instalações precárias, poucos alunos e funcionamento anexo ao Lyceu.

Em 1903 foi novamente instalada a Escola Normal oficial, junto ao Lyceu, como uma escola mista com cursos com 4 anos de duração, durante o governo Xavier de Almeida, que também criou a Secretaria de Instrução e Obras Públicas. Esse governo foi marcado por uma intenção de racionalização administrativa que acabou repercutindo também sobre a educação. Mesmo assim, o número de formandas era insignificante. (CANEZIN E LOUREIRO,1994)

O crescimento das escolas normais se dá, mais significativamente, a partir da equiparação dos colégios católicos às escolas normais, em 1907, autorizadas, desde então à formar professoras primárias. Dos três colégios equiparados, o primeiro a começar a funcionar como escola normal foi o Colégio Sant'ana. Ao longo da República Velha, vários colégios católicos foram equiparados à Escola Normal oficial e passaram a receber subsídios do governo para desempenhar essa função, se submetendo à sua fiscalização.O que se assistiu, então, neste período, foi a manutenção da escola normal oficial quase que apenas para servir de referencial regulatório para as escolas normais privadas confessionais em expansão.

Quando o novo grupo oligárquico se instala no poder, a partir de 1930, como já se disse, esse quadro sofrerá alterações e a educação, inclusive Escola Normal, passam a ter um papel importante no cumprimento das exigências colocadas pela expansão capitalista e pelo novo projeto hegemônico.

Evidencia disso é que o investimento na educação alcança os 18% da arrecadação ao ano, entre 1930 e 1937. A partir do ano seguinte, a prioridade seria a construção da nova capital, em andamento. O crescimento da rede pública de grupos escolares pode, de fato, ser observada, neste período. Entre 1929 e 1935, o número de grupos escolares mantidos pelo estado saltou de 16 para 31, segundo os relatórios apresentados pelo governo em 1933 e 1939. Vale lembrar que para a instalação de um grupo escolar era exigida a matrícula mínima de 140 crianças.

Neste contexto é que já em 1931, o novo governo interventor aprovou o Regulamento da Escola Normal e Complementar, sob o Decreto 658 de 28 de janeiro, publicado no Correio Oficial nº 1830, em 2 de fevereiro deste mesmo ano, entre outras coisas, criando a disciplina de História de Goiás para a Escola Normal e passamos a discutir a seguir.

2.4 – A criação da disciplina de História de Goiás no curso normal

Alinhavando os elementos até aqui trazidos à discussão, temos um decreto que criou a disciplina de história de Goiás para o curso de formação de professores, que teriam a tarefa de formar o povo capaz de suplantar o atraso, construir o progresso e a modernidade, tornando-se não um contemplativo da história, mas alguém disposto a contribuir para a efetivação do projeto proclamado. Isso começaria pelo enfrentamento ao analfabetismo[6], tarefa fundamentalmente cumprida pelas professoras do primário, formados pela escola normal. Neste momento, em 1930, segundo os Relatórios de 1933, existiam e funcionavam seis escolas normais em Goiás. Os Relatórios de 1940/1942 registram o acréscimo de 16 escolas normais em funcionamento. Nada mais apropriado, neste contexto, que também construir uma visão da história de Goiás que

[6] O analfabetismo atingia neste período 80% da população, segundo o Relatório de 1933.

coadune com esse projeto. Afinal, estávamos vindo da auto proclamada luta contra o atraso e arcaico que marcavam nossa história até então. Novos tempos, sob novas oligarquias, mereciam o registro e o ensino de uma nova história. Essa intenção se explicita no Regulamento de 1931, que também evidencia as tarefas da educação para o novo período, em sua justificativa:

> Não há quem não veja na falta de cultura de um povo um dos grandes fatores a emperrar nossa evolução.(...) Em Goiás, deverá constituir absorvente preocupação(...) cada passo dado no sentido da maior difusão e eficiência do ensino, é segura caminhada que nos levará a desvendar os segredos do nó górdio que embarga as maiores possibilidades de nossa terra" (DECRETO 658/1931, publicado no Correio Oficial de 2/2/1931)

O texto da justificativa apresentada ao Interventor para sanção, elaborada e assinada pelo Secretário de Interior e Justiça, José Honorato Silva e Souza, assume, ainda, os 80% de analfabetos existentes no estado, considerados como fruto do atraso e do governo arcaico de antes, cujo enfrentamento e solução só podem ser efetivos com um numeroso e eficaz professorado. Daí, a importância da Escola Normal. Para essa expansão, estabelecia-se, a partir e então o concurso para cargo vitalício, posto que até então o cargo não eram vitalícios. Além disso, o concurso poderia ser requerido pelo professor em qualquer época do ano, sempre que se fizesse necessário, desde que submetido às prescrições estabelecidas pelo Lyceu, adstrito ao Colégio Pedro II.

Abolia-se a exigência de comprovação de patrimônio mínimo para que a iniciativa privada instala-se escolas normais. Os professores da Escola Normal oficial da capital estavam autorizados a atestar as condições de abertura e funcionamento de novas escolas normais no interior do estado.

Os objetivos do ensino normal, neste momento, são claros e estão registrados no Capitulo II do Regulamento:

> Artigo 8 – O ensino normal dever ter em vista o seu objetivo primordial e final que consiste na formação dos futuros professores primários, devendo para esse fim, limitar-se ao necessário, evitando as dispersões e desenvolvimentos dispensáveis. (DECRETO 658/1931, publicado no Correio Oficial de 2/2/1931)

Também o ideário escolanovista se apresentava como componente das intenções da escola normal necessária para esse momento de reconstrução do estado, quando se preconiza no artigo seguinte que

> Artigo 9- As lições não constituirão monólogos ou conferências sobre a matéria, com o fito de tudo dizer ou elucidar. O professor deve apellar para a

> colaboração do aluno, suscitando-lhes o gosto da investigação e da reflexão. (DECRETO 658/1931, publicado no Correio Oficial de 2/2/1931)

O Regulamento tratava do curso normal, com duração de 4 anos, para formação de professores primários e também do curso complementar, com duração de 2 anos, anexo ao curso normal, destinado a preparação de alunos advindos de grupos escolares para ingresso no curso normal.

O ensino de história estava assim distribuído nestes cursos:

- O curso complementar teria, no segundo ano, 6 aulas de História do Brasil

- O curso normal teria, no terceiro ano, duas aulas semanais de história de Goiás e três aulas semanais de história do Brasil. Isso seria precedido de 2 aulas semanais de História das Civilizações, no segundo ano.

Também foi introduzido, nesta regulamentação, o ensino de geografia de Goiás. Mas, o texto da justificativa apresentado se refere, majoritariamente, ao significado do ensino de história de Goiás, que á assim apresentado:

> Há ainda um ponto deste Regulamento que se traduz em imperativo para o nosso estado. Queremos nos referir à introdução, pela primeira vez, em um estabelecimento oficial de ensino, de aulas especiais sobre a História de Goyaz. Goyaz é o único estado que não tem sua história escrita. (DECRETO 658/1931, publicado no Correio Oficial de 2/2/1931)

Trata-se de resgatar as memórias históricas, sobre a região a serem ensinadas aos futuros professores. Isso que equivale a construí-las, posto que afirma-se sua inexistência, num momento de reconstrução do estado e da nação:

> O descaso a que tem sido relegada a nossa história, não pode perdurar. O nosso paíz, após a soberba arrancada liberal, que teve seu epílogo no memorável 24 de outubro próximo passado, entrou em phase de franca reconstrução nacional. (DECRETO 658/1931, publicado no Correio Oficial de 2/2/1931)

Ou seja, o descaso com a história é coisa dos tempos arcaicos e vencidos. Recontar a história é também reconstruir a nação e o estado. A história e seu ensino aparecem associados à formação do sujeito atuante deste momento de reconstrução e sua ausência nos traz, inclusive, prejuízo materiais, ou seja, o desenvolvimento e modernidade pretendidos no novo tempo ficam, assim comprometidos. Vale também observar que o resgate, construção e ensino desta história estaria diretamente ligado à formação moral e cívica do indivíduo:

> Absurdo seria que se relegássemos para um plano secundário os problemas moraes e cívicos, máxime quando o abandono destes importam em manifesto prejuízo material ao nosso estado.(...)
>
> Todo esse esforço em prol do alentamento moral do nosso povo é patriótico e oportuno. (DECRETO 658/1931, publicado no Correio Oficial de 2/2/1931)

O patriotismo que deve ser ensinado não é só o dos vultos nacionais. Também a história regional deve registrar suas contribuições para a galeria de grandes feitos e grandes personagens. Mas, isso dependerá, inicialmente da construção desta mesma história, que considerava-se estar ainda por buscar nos arquivos, fontes da verdade registrada nos documentos. O cientificismo em voga assim exige. Para fazer história, o que se registra deve ser documentado, pois arquivos são fontes da ciência e da sua credibilidade. Isso nos remete diretamente às funções assumidas pelo IHGB, desde sua fundação:

> A História de Goiás, dilacerada pelas traças, dorme em trabalhos esparsos, seu sono secular nos archivos. Tem ella, no entanto, páginas edificantes de patriotismo, de soberbas lições de civismo, infelizmente desconhecidas, já não diremos de nossa mocidade, mas dos nossos homens públicos. (DECRETO 658/1931)

Devemos conhecer mais a história para que sejamos capazes, pelo exemplo, de cumprir nossa parte na reconstrução da história e da nação. O desconhecimento da nossa história é considerada, de certa maneira, responsável por problemas, inclusive, de demarcação de fronteiras. A defesa das fronteiras, das riquezas naturais, da história são então componentes do projeto de reconstrução. Quanto mais informação sobre nossa história, mais defensores de nosso lugar e portanto, mais patrióticos seremos.

> Ahi estão as dificuldades encontradas no ventilar as nossas questões de limites a confirmar nosso asserto.Hoje, que a preocupação de brasilidade é absorvente e empolga, pois, sejamos choerentes, começando por conhecer nossa história**.** (DECRETO 658/1931, publicado no Correio Oficial de 2/2/1931)

Essa preocupação com a história é confirmada pela intenção manifesta de organizar os arquivos históricos e geográficos do estado, atitude também considerada como uma necessidade em defesa da pátria, registrada no texto que finaliza da justificativa. Observe-se que ensinar história de Goiás associava-se diretamente à sua reconstrução, apoiada sobre os documentos. Resgatar, sistematizar o patrimônio histórico e geográfico são elementos, como já se disse, constitutivos da idéia de história:

> A creação da aula especial de história de Goyaz é o primeiro passo dentro da defesa de nosso patrimônio histórico, defesa essa brevemente completada pela patriótica orientação de Vossa Excelência, assim o esperamos, com a creação do Archivo Histórico e Geográphico de Goyaz. (DECRETO 658/1931, publicado no Correio Oficial de 2/2/1931)

O que temos, então, é que a inserção da História de Goiás como disciplina nas escolas do estado compõe as mudanças observadas no quadro político regional e nacional, embuídas da intenção de modernidade, cientificismo e progresso. Isso exigia que a história de Goiás, reescrita ou escrita sob esse ponto de vista (da reconstrução do estado e do país, pela superação do atraso) e conjunto de interesses (das novas oligarquias no poder), chegasse a uma parcela significativa da população, convocada para cumprir seu papel nesta suposta arrancada para o desenvolvimento. Isso se daria com a expansão da escola normal, que, supõe-se, rebateria imediatamente sobre os alunos do curso primário, esparramados pelo estado.

O perfil pretendido para a disciplina trazia os elementos presentes nas intenções das comemorações do centenário da Independência, permanecendo atual, mesmo havendo se passado dez anos. Isso nos confirma que o processo de comemoração, além do fim em si mesmo já discutido, de fato contribuiu para a construção das bases políticas e ideológicas que sustentariam a Revolução de 1930.

Resta-nos saber se o autor e a obra indicados para subsidiar o cumprimento dessa tarefa, comporiam esse quadro como se pretendia. È o que pretendemos discutir a seguir.

3 – Americano do Brasil – o autor

Americano do Brasil não nasceu em uma família de grandes posses, mas seu berço foi cercado de intelectuais e professores. Seu pai, Antônio Euzébio de Abreu, foi professor e fundador de várias escolas no estado, poliglota e mentor intelectual do filho, nos primeiros estudos. Cresceu em meio a gente que estudava e escrevia. Seu tio, Henrique Silva, militar por profissão, polemista e jornalista por convicção, editou a revista Informação Goyana entre 1917 e 1935, cumprindo tarefa de mostrar Goiás para o Brasil como um lugar onde valia a pena investir, pleno de recursos naturais, gente disposta ao trabalho e um governo acolhedor. Americano do Brasil participou ativamente da elaboração da revista durante seus primeiros anos de existência. Ele esteve, então, desde jovem, envolvido com os projetos de valorização de estado.

Americano, como quase todos os jovens goianos de famílias com alguma possibilidade financeira, estudou na capital do país, onde cursou medicina e entrou em contato com as polêmicas teóricas e políticas em voga:

> É fácil perceber a ambigüidade que se criava na mente, sentimentos e atitudes dos jovens que partiam do interior para a capital do país: o conforto e a estimulação em oposição ao desconforto e ao marasmo. A tendência maior era fixar-se no grande centro cultural e de lá defender, subjetivamente, o estilo e vida antigo, e de forma objetiva, o estilo novo. (SILVA, 1982:16)

Isso mesmo foi o que se deu com o autor da Súmula da História de Goiás. Professor, militar, capitão do Exército, ministrava suas aulas fardado, que tinham formato de discursos. Pouco antes de morrer assassinado, em 1932, fundou a Escola Normal de Luziânia. Como médico, galvanizou influência sobre a população das cidades onde atuava, confirmando o poder político que conferia exercício da medicina, naqueles tempos.

Sua ampla gama de interesses de conhecimento o torna debatedor de temas variados, usando os mais variados instrumentos de debate. Na medicina sua produção foi intensa e variada, como o foi na economia, na educação, na geografia, na história, na genealogia, no folclorismo, na poesia, na crônica. Nada disto por acaso. Ser folclorista, por exemplo, compõe o quadro de valorização da terra de origem, o estado e o país. Consta[7] que seu interesse pelo folclore teria sido despertado por João Ribeiro[8], que proferiu palestra, por ele assistida, sobre o folclore brasileiro, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. A partir daí, decidiu-se e cumpriu a tarefa auto-proclamada de coletar e registrar os elementos da cultura goiana, dispersos pelo sertão. Ser genealogista, ou linhagista, compões a tarefa de levantar as origens das gentes importantes da nossa história.

A visão de mundo construída neste percurso estará presente em tudo que escreveu, direta ou indiretamente, assim como sua intervenção no cenário político do país e do estado se refletiria sobre essa mesma produção, inclusive sobre o texto aqui em discussão.

3.1 – Política e região na trajetória de Americano do Brasil

Como já se disse, Americano do Brasil, não sendo oriundo de família de grandes posses, galgou espaços na cena regional através da medicina, da produção intelectual e das relações familiares. Assim foi, que no seu retorno à Goiás, em 1918, após a conclusão do curso de medicina no Rio De janeiro, Americano assumiu a Secretaria de Interior e Justiça, sob o governo

[7] Borges, Humberto Crispin Borges - apresentação de 'Panfletárias' Brasil, Americano. Goiânia, Academia Goiana de Letras, 1983:13.

[8] João Ribeiro, seu contemporâneo em terras cariocas, dedicou-se à literatura, filologia e à gramática histórica, confrontado-se com expoentes da historiografia tradicional, fundada na chamada 'história política e administrativa', como a elaborada por von Martius e Varnhagen. João Ribeiro, sob influência da corrente alemã conhecida como Kulturgeschichte, colocava a história e seu ensino como um movimento que abrange todas as suas formas de expressão.

de João Alves de Castro, componente do grupo político dirigido por Totó Caiado e que seria, um pouco mais tarde, seu sogro . Isso nos faz pressupor que Americano estivesse aliado às hostes oligárquicas hegemônicas, neste período. Isso se confirma, mas não sobreviveria por muito tempo.

Nesta função, ainda que exercida por pouco tempo, imprimiu as intenções modernizantes trazidas da experiência na capital do país. Reformou o Ensino Primário e Secundário, equiparou o Lyceu ao Colégio Pedro II, passou a imprimir o Correio Oficial em gráfica própria e no mais perfeito espírito patriótico e cívico, instituiu símbolos do estado. Já em 1920, abandona a Secretaria para candidatar-se à Deputado Federal, pelo Partido Democrata. Eleito, retorna ao Rio de Janeiro. Aí, seu perfil de homem informado e polemista se apresentará plenamente, inclusive confrontando-se com a oligarquia regional hegemônica, à quem até então se vinculava. Aos poucos, Americano do Brasil alia-se ao grupo caiadista minoritário, representado por Mário Caiado, que, inclusive comporia a Junta Governativa , em 1930, junto com Pedro Ludovico e Emílio Póvoa.

Em Plenário, apresentou posições e propostas que evidenciam a visão de país e estado que caberiam perfeitamente no perfil requerido, anos mais tarde, no projeto de ensino de história de Goiás, como já se disse. A defesa dos limites do estado, especialmente na disputa como Mato Grosso, Pará e Minas Gerais; a promoção de homenagens a vultos que se considerava representativos do orgulho patriótico, como Joaquim Xavier Curado[9] a quem, inclusive, dedica um busto a ser exposto no IHGB, por ele doado; os debates em torno da educação como recurso fundamental para a superação do atraso.

Mas, de tal maneira se afasta da oligarquia hegemônica em Goiás, que se achou em condições de sobre ela proferir ataques, em plenário. Voltou Goiás com o intuito de organizar oposição aos Caiado, articulado à Aliança Liberal. Em plenário, dizia coisas assim: 'o sol está a se pôr nos domínios do déspota"[10] ou 'passarão os dias de hoje; um sol de liberdade clareará nesta terra'[11]. Isso lhe custou rompimentos familiares. Em 1928, pelo Partido Republicano, perde as eleições para deputado federal e acentua sua participação na Aliança Liberal.

O momento crucial desta trajetória, e que aqui nos parece colaborar para compreender o perfil político do autor da Súmula, bem como a pertinência da adoção de sua obra como livro

[9] A homenagem se justificava, para ele, pela participação do general goiano, na Guerra da Cisplatina, em defesa do território nacional, cuja perda, neste episódio, atribui à D. Pedro I. (Jornal Lavoura e Comércio. Uberaba, 6 de julho de 1931 apud SILVA, Dinair. Um Intelectual e a história: Americano do Brasil, BSB,1982)

[10] 'O Araguary' de 2 de dezembro de 1928, apud Borges, Humberto Crispin Borges- apresentação de 'Panfletárias' Brasil, Americano. Goiânia, Academia Goiana de Letras, 1983:13.

[11] Idem

didático para o ensino normal, a partir de 1932, acontece exatamente no momento da tomada do poder das oligarquias dissidentes. Vamos sintetizar o episódio com a narrativa de Joaquim Gilberto, em sessão da Academia de Letras e Artes do Planalto, em 19982, durante homenagens prestadas à Americano do Brasil:

> Americano se desentendeu com a direção da Aliança Liberal e ficou erradia à ação política.Com a eclosão do movimento de 193, ele que era adversário político do Caiado, foi chamado ao telégrafo.
>
> Americano lá compareceu e o Caiado o interpelou:
>
> - Americano, eu quero saber nessa conjuntura da revolução que estamos vivendo, qual é sua posição?
>
> Americano respondeu:
>
> - Senador, você me considere seu prisioneiro branco.
>
> Retrucou-lhe Caiado:
>
> - Olha, Americano. Deixe de poesia. Isso é literatura. Prisioneiro branco?!... Eu quero saber a posição definitiva de sua parte.
>
> Ante à pressão de Caído a resolveu apoiar a situação legalista e dois ou três dias depois a legalidade caía, triunfava a revolução. De modo que ele, militante de oposição há muito tempo, nas proximidades da mudança da situação, deu um pulo político em falso[12].

Para que nos serviria uma digressão destas, se pretendemos discutir o ensino de história e a adoção do livro já citado como referência didática? Ocorre que a posição do autor, marcada pela ambigüidade construída pelas contradições entre posições políticas e vínculos familiares e também políticos, perpassa as duas conjunturas: antes e depois de 1930. Isso os demonstra que as mudanças em curso não seriam assim tão conceituais, evidentes e abruptas que exigissem uma posição inconteste. Eram mesmo mudanças de direção oligárquica e não de projeto, substancialmente. No momento decisivo, pesou mais o vínculo originário, como mostra sua intervenção no Jornal Lavoura e Comércio, de Uberaba: *Respondi que era liberal e pela revolução, mas que em Goiás. Era seu amigo particular e amigo de sua família.* [13]

Além disso, Americano atribuía à Aliança Liberal intenções separatistas, inadimissíveis em seu projeto de nação, mas mantinha seu apoio ao princípio geral do movimento.

> E rompi de fato com a revolução; condenei o separatismo e dirigi uma carta aos amigos, explicando minha atitude: se combatesse contra a revolução era pra manter

[12] Joaquim Gilberto apud Humberto Crispim Borges - apresentação de 'Panfletárias' Brasil, Americano do. Goiânia, Academia Goiana de Letras, 1983:13-14.

[13] Jornal Lavoura e Comércio. Uberaba, 6 de julho de 1931).

> a integridade e não emprestando apoio ao grande irresponsável Washington Luís, desorganizador da nação.(...)
>
> Entendi que, tendo rompido com o movimento, que acreditava separatista, nada me proibia, em consciência, de ser solidário ao golpe do Rio de Janeiro. (Jornal Lavoura e Comércio. Uberaba, 6 de julho de 1931 apud SILVA, Dinair. Um Intelectual e a história: Americano do Brasil, BSB,1982)

A obra escrita em 1920, para representar Goiás nas comemorações do centenário é praticamente a mesma da lançada em 1932, posto que a preparação destes originais se fez em 40 dias, a partir da solicitação. A obra foi entregue ao governo de Pedro Ludovico sem nenhuma remuneração ao autor. Quase não houve tempo para mudanças substanciais. Ou seja, a obra já estaria no espírito de 1930, quando escrita em 1920, posto que afirmamos anteriormente que as comemorações prepararam o país para 1930. Compreender um pouco das posições teóricas e filosóficas do autor pode nos ajudar a elucidar esse quadro. Vale lembrar que ao escrevê-la, o autor compunha os quadros político-administrativos do estado.

3.2 – O organicismo evolucionista de Americano do Brasil

Americano do Brasil foi um auto-proclamado adepto do organicismo evolucionista, que pode ser compreendido como uma visão de mundo em que tudo se iguala aos organismos vivos, inclusive a sociedade. Esta, como todo o resto, evoluiria permanentemente, superando problemas sociais como se fossem doenças, aperfeiçoando a raça, funcionando com um corpo humano, sujeito às leis da natureza, mas não sob o determinismo do positivismo. Era um tempo marcado pelo cientificismo, que em se tratando da história, traduzia-se pelo rigor do levantamento e da critica do documento. Isso apareceria com todo vigor na súmula da História de Goiás, para a qual o autor teria pesquisado 5 mil documentos.[14]

O organicismo de Americano era amplamente reforçado por sua formação médica, que aparecia em tudo que produzia. É o que se constata no discurso de sua formatura, em 1917, quando avalia as possibilidades do patriotismo como alavanca para o desenvolvimento do país:

> E afortunados de nós que felizmente já edificamos a eugenoterapia, de manejo fácil, a qual aplicando as autovacinas proa-egolatria, as transfusões de patriotismo, a defumação literária, o soro profilático da ignorância, o saneamento dos sertões cerebrais, a mercurialização jornalística - combaterá todas as degenerações da trama social, cercando as iniciativas deletérias da eugenocronia**…** .(Informação Goyana, Rio, Vol. I, nov./1917, p. 41.

[14] Humberto Crispim Borges - apresentação de 'Panfletárias' Brasil, Americano do. Goiânia, Academia Goiana de Letras, 1983

Isso não confronta-se com a explicação da origem étnica da nacionalidade, bem ao espírito do IHGB:

> E uma medicina especial de regeneração das capacidades étnico-formativas que à sombra da palmeira de Santa Cruz. Sob um sol ardente e sobre um tapete de vegetação livre, firmaram os anéis da nossa nervosa nacionalidade, um cujo âmago as nostalgias do Chade, as ousadias dos filhos de Sagres, a sutileza e a hospitalidade do americano – se casam, se amalgamam em blocos que a aritmética do futuro tornará em unidade. (Informação Goyana, Rio, Vol. I, nov./1917, p. 41.)

O amor pelo conhecimento, especialmente pela ciência, é proclamado com orgulho, por exemplo, no discurso feito às normalistas em formatura da qual era paraninfo. Neste discurso[15], Americano arrola dezenas de autores, dos mais diversos campos de conhecimento, numa narrativa de seu percurso intelectual. Além da diversidade de autores e de temáticas, o que se percebe é um real deslumbramento pelo conhecimento, pela ciência, pelo debate teórico e filosófico.

Assim é que ele se distancia, ao longo do percurso, do positivismo, que acusa de um determinismo cerceador da evolução e do relativismo:

> Sejamos comedidos. Nada de absolutismo, tudo é relativo no universo: os gênios são falíveis e a Evolução é a grande mestra.(...)
>
> ...reduzir ou aproveitar a ação das causas universais na vida humana, individual e na vida das sociedades. Mas, isso sem finalismo, pela causalidade, pela adaptação. (BRASIL, 1922: 47)

A Educação é, para ele, o alicerce necessário para que a evolução se construa como caminho para o desenvolvimento e o progresso. Em Goiás ou na capital do país, ao longo de toda sua vida, seu empenho na organização dos sistemas educacionais, na crítica à descentralização das responsabilidades sobre a educação promovida pelo Império e mantida pela República Velha, na defesa centralização das decisões e na administração da educação, também está associado ao ideário evolucionista:

> (...) a verdadeira terapêutica reside na Educação popular, no adestrado plano de se dirigir as classes para o regímen particularista, fortificadas na fé cívica e no amor ao trabalho. (...) Assim, corrigiremos as taras da massa sanguínea que acusará, nos anos vindouros, o hemetímetro das raças, um abaixamento das tensões, favorável ao Progresso e à Ordem(...) - (BRASIL, 1917: 11 apud SILVA, Dinair. Um Intelectual e a história: Americano do Brasil, BSB,1982)

---

[15] BRASIL, Americano. Discurso para normalista em formatura, Formosa, apud SILVA, Dinair. Um Intelectual e a história: Americano do Brasil, BSB,1982)

Sua visão de mundo, embora explicitamente vinculada ao organicismo, combinava elementos do cientificismo e elementos nitidamente conservadores. Nem todo esse apego à ciência o livraria das marcas de seu tempo, acrescentando outro aspecto à ambigüidade e contradição que vivia. È o que nos parece demonstra posicionamentos como esse, expresso em discurso na Câmara de Deputados, no Rio de Janeiro:

> (...) ternura, que é a metade da educação da mulher, que é a base da felicidade do lar, que é a eterna prisão à ligar ao esposo, conquistar a criança e conservar os amigos (...) (BRASIL,1923: 281/282 apud SILVA, Dinair. Um Intelectual e a história: Americano do Brasil, BSB,1982)

Assim é que atribuía à educação papel fundamental para a dita evolução da sociedade, ao mesmo tempo em que considerava essa uma tarefa eminentemente feminina:

> A mulher (...) culminou na arte, brilhou na política, fulgurou na ciência, mas em todas as nações reconheceram-lhe a aptidão especial para a difícil e noblilitante missão de professora, do exercício do sacerdócio do magistério, porque ela, a mulher, a mães, tinha o dom suave de, pela meiguice, devassar e enriquecer o coração da criança. (BRASIL,1923: /282 SILVA, Dinair. Um Intelectual e a história: Americano do Brasil, BSB,1982)

Todos esses elementos o levaram a empenhar-se na elaboração do material sobre Goiás a ser envidado ao IHGB, para compor o Grande Dicionário Enciclopédico Brasileiro, e mais tarde, reelaborá-lo para que fosse adotado para das professoras primárias em formação. Goiás, como todo o país, teria plenas condições de superar o atraso, aperfeiçoar a raça, desenvolver-se, progredir, evoluir. Para isso, era preciso possibilitar as condições necessárias. Entre elas, a educação era um dos principais instrumentos, e o ensino da história, componente fundamental. Ainda mais estando o estado imerso, há anos, no obscurantismo, no servilhismo, no despotismo. Daí, a importância de inserir a História de Goiás nos programas e a presteza com que o autor preparou os originais.

4 – A obra

Enfim, chegamos à Sumula da História de Goiás. A estrutura geral do texto segue cronológica, abordando a história de Goiás entre as primeiras bandeiras à instalação da República. Sua primeira edição se deu em 1932 e a segunda, em 1961 e última em 1982, publicada pelo governo do estado. O texto está organizado em duas partes: ‘*O bandeirantismo Paulista’*, abordando o século XVI e XVII e *História Político-administrativa de Goiás*, abordando período de 1728 à 1889.

4.1 - A idéia de história e de historiador

A primeira constatação apresentada pelo autor, logo na primeira linha do prefácio é a de que em Goiás ainda não existia historiador, quadro no qual ele se inclui. Isso porque a *'história é o último livro da evolução social: um país pode ter sábios, filósofos, artistas e não possuir um historiador'(Brasil, 1982:01).* Note-se que embora participe do cientificismo de seu tempo, a história compõe a evolução social. O historiador seria resultante do momento superior da evolução de uma sociedade, que julga ainda não ter alcançado o estado. Mesmo porque o historiador seria a resultante multidisciplinar de amplo conjunto de especialistas:

> O historiador tem de naturalista, papa na primeira página de seu trabalho, gravar a descrição exata da terra com sua flora, sua fauna, seu clima, em comunhão com o homem; tem de etnólogo, para amar os componentes de nosso sangue mestiço e compreende-las na eloqüente atividade de seu mourejar, ou nas folganças de seu lazer, ditando seus cantos e criando suas lendas para ocultar suas mágoas e apurar o misticismo atávico; tem de democrata para segui-las nas aspirações, entendê-las nos anelos, para freqüentar suas palhoças e ouvir suas recriminações, para estudá-las, aristocráticas e evoluídas, nas lutas políticas e entender-lhes os assomos de liberalismo; tem de economista, para apreciar o povo no trabalho e calcular sua projeção futura na carta das riquezas; tem de filósofo para analisar a formação mestiça da pátria, penetrar nas suas ideais, suas tendências e guiar suas transformações, premidas por novas circunstâncias; tem de erudito, pára um completo conhecimento do passado nacional, de suas glórias, de seus anseios inatingidos, de suas tradições; tem de poeta, para fazer deste complexo um trabalho de vida, de seiva. Onde palpite o Brasil antes de tudo e apareça, em nosso caso particular, o nome goiano, como uma copulativa de progresso, de labor e benquerença à unidade territorial. (BRASIL, 1982:1)

Há muito o que dizer sobre esse conceito de historiador. A começar pela ambigüidade do autor em relação aos tradicionais posicionamentos do IHGB. Não mais sintetiza, como os fundadores do Instituto, a história como levantamento dos grandes episódios políticos - administrativos, embora considere essa tarefa como parte dela. A história seria um conjunto de elementos e não um só. Mesmo assim, as glórias devem ser objeto do historiador, pois essa referência nos garantiria o acesso às tradições. Por outro lado, com eles corrobora quando afirma que devemos ser etnólogos para sermos historiadores, para entre outras coisas, resgatar os elementos de sua identidade e cultura, bem como, pelo conhecimento, possibilitar seu apuramento libertador do misticismo. Mesmo considerando a presença constitutiva da mestiçagem, a que se deve registrar, ela deve estar sob o crivo da evolução. Ou seja, não o faz

como um antropólogo. O evolucionismo está presente em tudo o que diz compor o ofício do historiador.

A idéia de história como ciência se funda na capacidade de registrar a descrição exata de tudo que compõe seu objeto: da natureza da terra que se estuda ao homem que a habita. Registra engloba documentar e isso nos leva à erudição, tido como identidade da ciência. Isso nos aproximaria do ufanismo, mas de um ufanismo sustentado, fundado na ciência, nesta ciência. Esse seria o combustível do poeta, que irrigado pelo conhecimento, defenderia a pátria por convicção e não por imposição, capaz de defender a unidade territorial como à própria vida. De quebra, isso acamparia Goiás, estado então absolutamente merecedor da dedicação de quem o estuda, nele trabalha e quando preciso, defende.

Isso se rebate sobre o papel do ensino da história de Goiás:

> Possam essas páginas de amor a Goiás serem úteis mocidade de minha terra, a quem se destinam, possam elas ensinar o melhor caminho no presente através das coisas e exemplos do passado.(BRASIL, 1982 : 2)

Não por acaso, ainda na primeira página, Silvio Romero é citado como referência e inspiração. Ao longo de seus pronunciamentos, escritos diversos, essa referência é uma constante. Expoente do evolucionismo organicista, o historiador e crítico da literatura, historiador e crítico da historiografia brasileira (FREITAS, 2007:2), foi um pensador também preocupado com o ensino de história, que julgava fundamental para a formação das gerações. Para isso escreveu a *História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*, destinada às crianças, marcado pela idéia de missão e destino, posto que cada nação e todo grande povo têm uma missão a cumprir pelo 'progresso' da 'humanidade'. E o Brasil, um novo país, deve munir seus filhos de elementos que lhes apontem nossa missão. (FREITAS, 2007:3)[16]

4.2 – As fontes

A idéia cientificista, próprias do final do século XIX e início do século XX leva Americano do Brasil a um trabalho minucioso, rigoroso e criterioso no levantamento das fontes que sustentam seu texto. Afinal, ciência é sinônimo de documento, que é sinônimo de comprovação e verificação. A história se faz pelo relato comprometido com o acontecimento sob documento original, para ser científica, posto que é a '*ciência de nossas tradições'* (BRASIL,

[16] Ao longo do trabalho em curso, aprofundaremos a discussão do pensamento de Silvio Romero e sua influência sobre o autor e a obra em questão, assim como o faremos com Jônathas Serrano, pedagogo da história, reformador do ensino de história , à qual pretendia incutir um código disciplinar como princípio educativo para história do Brasil e que também influenciou autor e obra.

1982: 05). È o que sustenta o autor da Súmula, quando afirma que *'Fazer história não é edificar em meras hipóteses as mais inaceitáveis conjecturas.'*(BRASIL, 1982:32)

Partindo da constatação de que sobre a história de Goiás, *'quase tudo está por fazer'* (BRASIL, 1982: 05), Americano do Brasil, segundo ele próprio, utilizou como fontes os 'velhos cronistas' para tratar o período histórico compreendido entre 1749 e 1823. Os mais significativos são os já clássicos da historiografia regional, como os *Anais da Província de Goiás*, de Alencastre; *Memória do Descobrimento e das Coisas Mais Notáveis da Capitania de Goiás*, de Silva e Souza; *Corografia Histórica e Itinerário*, de Cunha Matos; *Memória Justificativa*, de Henrique Silva. Além disso, recorreu aos jornais como o Correio Oficial, Matutina Meiapontense e O Publicador Goiano.

Mas, seus grandes e prioritários documentos usados para repensar e escrever a história de Goiás, foram as fontes primárias, que lamentou estarem tão difíceis de localizar e tratar, em primeiro lugar por existirem, mas estarem em museus e arquivos distantes ou, pior, estarem perdidos:

> Mãos despudoradas, que seriam malditas se não lhes socorresse a ignorância, há menos de duas décadas, num vandalismo de botocudos, destruíram grandes rumas de papéis velhos da Secretaria do Interior, a título de organizar o precioso arquivo(...) (BRASIL, 1982: 05)

Vale lembrar que se refere ao governo deposto, do qual chegou a fazer parte. Lamenta ainda as condições de funcionamento dos arquivos da Câmara, em Goiás. Assim, seu trabalho cumpre plenamente o que esperava de uma história correta, científica e confiável, segundo a idéia corrente de história. Também não se pode deixar de notar a referência depreciativa aos botocudos. Os índios, aliás, sempre são referidos como selvagens, agressores, destruidores do construído ou impecílhos à construção. Aquela idéia de contribuição das três raças para a formação da nação, mas que não as tratam com o mesmo significado e importância, se confirma.

4.3 – Estrutura e conteúdo da obra

Seguindo as indicações do IHGB para o perfil político das comemorações, a Súmula não ultrapassa os limites da instalação da República, a partir do qual a idéia de nação fica comprometida pelo quadro já exposto no começo deste texto.

Em se tratando do autor e de suas incursões pelo cenário político regional, marcado pela ambigüidade entre posições conceituais e vínculos políticos, as razões para esse corte histórico são ainda mais significativas, mesmo considerando-se que as rédeas do poder tinham mudado de mãos.

Por isso, mais da metade do texto trata do período colonial, pouco mais que um quarto trata do período imperial e o período republicano é quase uma leve referência. Aliás, as referências mais significativas estão focadas mesmo antes disso, em 1880:

> Até 1880 alcançaram nossas pesquisas para essa breve achega à História de Goiás, mas, podendo adiantar para pôr fim a essas considerações, que até a República, seguem-se 10 anos de história administrativa, monótonos e sem acontecimentos merecedores de especial menção. (BRASIL, 1982: 132)

E segue a lista de presidentes de Estado e dados administrativos sem muita articulação. Não cabe aqui aprofundar a discussão da história de Goiás em si, mas não se pode deixar de mencionar que vivia-se o momento da afirmação e disputas oligárquicas que marcaram não só esse período como o imediatamente posterior. Pode-se pensar que não eram lutas estruturais e sim ordenações do pacto oligárquico e que por isso não mereceriam destaque. Mas, em se considerando o grande empenho em detalhar minúcias do período colonial, proporcionalmente 'mais monótono' a seguir o raciocínio do autor, não se pode atribuir isso ao acaso.

Aliás, é espantoso o volume de preciosismos e detalhes que constituem o relato do período colonial. Quando dizemos relato é isso mesmo que queremos dizer. Descreve-se os acontecimentos com alguns raros e ácidos comentários críticos à colonização portuguesa, considerada saqueadora das riquezas locais:

> Os cinco anos de governo do conde dos Arcos foram outros tantos de medidas para ativar a mineração e no mister consumiu o melhor de suas energias, introduzindo em Goiás as modificações operadas com a elevação à capitania para maior rendimento dos dízimos reais: as casas de fundição de São Félix e Vila Boa eram duas guelas de lobos famintos a consumirem o produto do suor dos trabalhadores das lavras. (BRASIL, 1982: 60)

Ou

> São menores os percursos a fazer, mas, entretanto, crescem os trabalhos braçais e hoje são quase um monumento para a posteridade esses rasgões que as bandeiras do ouro deixaram através de Goiás para mostra ai menos aos espoliados, aos pósteros a riqueza da terra que dourou São Jerônimo em Portugal, enriqueceu Mafra, a Batalha, edificou Lisboa, indo depois para as arcas do Vaticano e da Inglaterra.(BRASIL, 1982: 23)

4.3 - O ensino de história e a Súmula

Ao longo de sua atividade parlamentar e jornalística, em várias ocasiões, Americano do Brasil posicionou-se contrário à ensino da história descritiva, desarticulada, que não cumpria o papel formador que deveria ser capaz de executar:

> A história, por exemplo, não pode mais ser o amontoado incoerente de fatos e datas sem nexo social, não há mais lugar para reis que vão aos combates ou para

> exércitos que conquistam vitórias, dando nome aos generais: não, os reis retiram-se e deram lugar ao povo. (...)
>
> Reformemos os arcaicos da história atualmente seguidos (...) pura cronologia e façamos da história um assunto aproveitável, social.(...)
>
> No ensino de história nacional, sobretudo, esses princípios devem ser apurados com a devida atenção. ((BRASIL,1923: /282 SILVA, Dinair. Um Intelectual e a história: Americano do Brasil, BSB,1982)

Ocorre que ao analisarmos a idéia de ensino de história presente no texto com fins didáticos, o que se observa é a reprodução da concepção por ele combatida. Nada há nele que lembre a crítica à descrição de dados, pois o que se encontra é exatamente um vasto e rico manancial de datas e feitos.

Além disso, nada nele lembra alguma preocupação em ser didático. Sabemos que isso não é diferente do que comumente se observa nos livros de então. Mas, a crítica a essa conduta não era assim comum.[17] É possível imaginar as receptividade e interesse das alunas do curso normal ao terem em mãos essa obra para estudar e serem cobradas em processos avaliativos.

Uma conclusão preliminar

O que se pode depreender até aqui, consideradas as limitações ainda presentes, é o que o ensino de história de Goiás nasce marcado pela intenção política de reconstrução do estado, que então coadunava com a intenção de reconstrução do país, que mantém as bases das intenções das comemorações do centenário da independência. Por isso o livro permaneceu atual em 1932 e foi adotado para a escola normal.

Nosso próximo passo, no andamento do trabalho, no que se refere a esse texto, é levantar as repercussões deste projeto na formação das alunas do curso normal e seus desdobramentos.

Bibliografia

ABUD, K. O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931. SP: Marco Zero/ Anpuh, v. 25/26, 1992/1993.

BRASIL, Antônio Americano do. Súmula da História de Goiás. Goiânia, SECUT, 1982.

_____ Panfletárias. Goiânia, Academia Goiana de Letras, 1983.

BITTENCOURT, C. M. F. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. SP: Marco Zero/ Anpuh, V. 25/26, 1992/1993.

_____As ‘tradições nacionais’ e o ritual da festas cívicas. IN: PINKY, J.O ensino de História e a criação do fato. SP: Contexto,1988.

_____ (org.) O saber histórico e sala de aula. SP: Contexto,1997.

BRETAS, G. História da Instrução pública em Goiás. Goiânia: Cegraf, 1991.

CANESIN, M. T. e LOUREIRO, W. A escola normal em Goiás. Goiânia: Cegraf, 1994.

CIAMPI, H. A reconstrução problematizada. SP: Marco Zero / Anpuh, v.25/26, 1992/1993.

COSTA, M. J. (org.)I Conferência Nacional de Educação.- Curitiba, 1927.BSB: INEP, 1997.

FONSECA, S. G. Caminhos da história ensinada. Campinas: Papirus, 1993.

LIMA E FONSECA, T.N. História e ensino de história. BH: Autêntica,2004.

MARTINS, M.C. A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes? Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

NEPOMUCENO, M. A ilusão pedagógica. Goiânia: Cegraf, 1994.

NADAI, E. O ensino de história no Brasil : trajetória e perspectivas. SP: Marco Zero/ Anpuh, v. 25/26, 1992/1993.

PINKY, J. O ensino de história e a criação do fato. SP: Contexto, 1988.

SILVA, Dinair Andrade da. Um intelectual e a história: Americano do Brasil.BSB, 1982.

SILVA, M. (org.) História em quadro-negro. SP: Marco Zero/Anpuh, v.19,1990.

_____Repensando a história. SP: Marco Zero/ Anpuh, 1984.

SANDES, N. F. A invenção da nação - entre a monarquia e a república. Goiânia: Cegraf, 2000.

TAVARES, Giovana. A trajetória de uma ‘Casa do Saber’: O IHGG (1930/1970)- Campinas, Unicamp, 2000.